

anc P-7

Substitutivo de Cabral deverá propor parlamentarismo em 88

por Andrew Greenlees de Brasília

A oposição dos governadores

O relator Bernardo Cabral, informou ontem que resta apenas um entendimento sobre este assunto na comissão encarregada de auxiliá-lo na redação do novo texto (substitutivo) para que se conclua esta fase nos trabalhos, com apresentação do resultado ao presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, amanhã, às 17 horas.

"Estamos dando os retoques finais na anistia", disse Cabral no intervalo de um dia de reunião com os relatores adjuntos. O problema, ainda conforme o relator, está na análise de cassações feitas em junho de 1969, "quando dizia-se que o presidente Costa e Silva não dispunha de saúde e poderia ter havido cassações feitas com assinaturas falsificadas".

Um político envolvido com a questão da anistia acrescenta outro ponto que vem merecendo a atenção dos relatores: eles querem evitar a dupla anistia, ou seja, incluir na Constituição os casos dos cassados que já foram indenizados.

Cabral reiterou a manutenção do parlamentarismo como sistema de governo proposto em seu substitutivo. A novidade fica por conta da data de instalação. Caso seja aprovado, o presidente José Sarney deverá escolher seu primeiro-ministro em 15 de março do próximo ano. Anteriormente, Cabral havia falado em implantar o novo sistema após o mandato de Sarney. Depois, propôs o prazo de 120 dias após a promulgação da nova Carta. Ontem, fixou uma data.

O sistema apresentado por Cabral — e baseado numa emenda do senador Afonso Arinos — reserva grande poder ao primeiro-ministro e ao Congresso, aproximando-se do modelo "puro". Isto desagradou não só presidencialistas como também defensores do par-

Os governadores Pedro Simon, do Rio Grande do Sul, e Álvaro Dias, do Paraná, manifestaram-se ontem contrários à adoção do parlamentarismo durante o mandato do presidente José Sarney. Simon, que sempre foi adepto do parlamentarismo, disse que o sistema não deve ser implantado "de uma hora para outra", segundo o relato do repórter Milton Wells, deste jornal.

Para Dias, o Brasil precisa consolidar suas instituições antes de optar pelo sistema parlamentarista.

Se o parlamentarismo fosse implantado imediatamente após a Constituinte, Dias acredita que eventuais 'turbulências' institucionais colocariam em risco o governo, o que frustraria a Nação, como ocorreu no episódio que culminou com o movimento de 64.

"O parlamentarismo agora seria prematuro, pois o sistema pressupõe estruturas e partidos organizados, o que não ocorre hoje", disse o governador. O governador Simon contesta esses argumentos.

lamentarismo misto, como o senador José Fogaça, relator da Comissão que cuidou do tema. Fogaça procurou ontem o deputado Cabral, mas não conseguiu mudar o texto do substitutivo.

O senador Fernando Henrique Cardoso, relator adjunto, esclareceu ainda que a Câmara dos Deputados poderá aprovar moções de censura coletiva ao gabinete, e não a ministros em particular como chegou a ser sugerido na Comissão Temática. Assim, o voto de desconfiança ao primeiro-ministro implica a exoneração de todo o Ministério.

O tratamento a ser dado à reforma agrária no subs-



Álvaro Dias

"É a mesma história que os militares tentavam impingir, quando diziam que não havia clima para a democracia, porque os brasileiros não estavam acostumados com isto", observou. Em sua opinião, o parlamentarismo solidifica o quadro partidário e consolida as instituições. O governador gaúcho defende um parlamentarismo "puro", do tipo alemão, e assinala que atra-

vés deste sistema o presidente da República mantém-se como chefe das Forças Armadas e do Estado, constituindo-se num regime mais imune às crises políticas.

Simon prefere não dar maior importância ao substitutivo a ser apresentado pelo relator da Comissão de Sistematização da Assembléia Constituinte, deputado Bernardo Cabral, no que se refere ao prazo para a implantação do parlamentarismo no País. Disse que a atribuição pertence unicamente ao plenário da Constituinte, e nem mesmo o deputado Ulysses Guimarães tem procuração do PMDB para defender o presidencialismo. "A decisão da convenção do PMDB foi clara sobre isto", disse o governador a este jornal.

Para Dias nem o PMDB nem o relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral, deve impor suas vontades sobre o tema. Cabe apenas aos constituintes a responsabilidade pela escolha do sistema de governo, e o período de mandato para o presidente José Sarney.

titutivo está definido: a partir do decreto de desapropriação, a Justiça terá prazo de noventa dias para se pronunciar sobre sua conveniência. Caso decida contra a desapropriação, o proprietário será indenizado em dinheiro, sem a devolução de terras. Confirmado o decreto, fica aberta a possibilidade de um segundo apelo à Justiça por parte do desapropriado. O tema promete voltar a ser centro das polêmicas no plenário da Constituinte.

Fernando Henrique Cardoso anunciou ainda outra modificação quanto ao atual anteprojeto. A exploração de jazidas minerais em terras indígenas so-

mente poderá ser feita por empresas nacionais e não mais pela União. A autorização dependerá de aprovação da Funai e do Congresso Nacional.

Na área trabalhista, os relatores pretendiam definir ainda ontem a provável manutenção da alíquota sobre o Imposto Territorial Rural (ITR) como contribuição aos sindicatos rurais, como ocorre atualmente. A estabilidade no emprego obedecerá fórmula já anunciada, com restrições e multas à demissão imotivada. A jornada de trabalho foi transferida para a legislação ordinária, com a limitação de oito horas diárias.